

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

SERVIÇO SOCIAL E A TEMÁTICA DE DROGAS: possibilidade de uma educação dialógica no espaço escolar

SOCIAL SERVICE AND THE DRUG ISSUE: possibility of dialogical education in the school space

Alene Silva da Rosa¹
Bárbara Domingues Nunes²

RESUMO

Com a emergência do debate sobre a inserção do serviço social na educação básica, somada a experiência profissional no ambiente escolar, o presente trabalho busca adensar e atualizar as reflexões a respeito da temática de drogas e o espaço escolar acerca do projeto elaborado há mais de uma década no processo de estágio curricular obrigatório, e que tinha o intuito de dialogar sobre drogas com uma abordagem pensada a partir do Serviço Social, enquanto uma outra possibilidade de abordar a questão de drogas no espaço escolar para além da elaborada e desenvolvida pelo PROERD. Esse estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, tecendo diálogos a partir de dados empíricos advindo tanto da experiência profissional quanto do estágio curricular. Consideramos que a presença das/os assistentes sociais no espaço escolar como primordial para a proposição de espaços críticos e reflexivos sobre a temática de drogas.

Palavras-chaves: Escola; Saúde Mental; Drogas.

ABSTRACT

With the emergence of the debate on the insertion of social services in basic education, combined with professional experience in the school environment, this work seeks to deepen and update reflections on the topic of drugs and the school space regarding the project developed

¹ Professora substituta na Universidade Federal do Paraná (UFPR); Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) com bolsa PROSUC/CAPES; Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); E-mail: alenesilva@gmail.com

² Professora substituta na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com bolsa CAPES; Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL); Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); E-mail: nunesbarbara1@gmail.com

more than a year ago. Decade in the mandatory curricular internship process, and which aimed to discuss drugs with an approach designed from Social Work. As another possibility of addressing the issue of drugs in the school space beyond that elaborated and developed by PROERD. This study is characterized as qualitative and bibliographical research, weaving dialogues based on empirical data arising from both professional experience and curricular internship. We consider the presence of social workers in the school space to be essential for proposing critical and reflective spaces on the topic of drugs.

Keywords: School; Mental health; Drugs

1 INTRODUÇÃO

Com a aprovação da Lei 13.935 que dispõe sobre a inserção dos profissionais de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica, há uma ampliação dos campos de atuação das/os assistentes sociais no Brasil. Com isso não queremos dizer que anteriormente a aprovação da referida lei, não houvesse profissionais atuando no âmbito da educação, pois sabemos da presença de assistentes sociais na rede privada de ensino, como também nas universidades, institutos federais, etc. Contudo, mesmo após 5 anos da aprovação da referida lei, muitos municípios brasileiros não a implementaram, ainda sim, a partir da mobilização dos assistentes sociais e psicólogos para garantia de execução da lei, conseguimos vislumbrar o aumento dos números de profissionais atuantes nos espaços escolares.

Com essa inserção surgem outras questões a serem pontuadas, tais como a prática cotidiana nesse espaço, conhecimento do território, suas potencialidades e dificuldades, fluxos de atendimento e encaminhamentos. Registros e elaboração de relatórios, reuniões, trabalho multiprofissional em equipe, estrutura física e material para o exercício das atividades, mediações com a rede de saúde e assistência social, entre outras políticas sociais. Portanto, um público e demandas a serem atendidas, seja no atendimento individual e/ou em grupo com crianças, adolescentes e suas famílias, assim como professores e comunidade escolar, no estabelecimento de parâmetros e diretrizes atuação nesse espaço sócio-ocupacional.

No âmbito das demandas, tendo como base a experiência profissional na educação básica entre 2021-2022, identificamos e acompanhamos o crescente número de diagnósticos de autismo. E apesar de não ser um transtorno atual, tem na cena contemporânea uma aparência de novidade, inserindo outras necessidades e pautas na luta por um ambiente escolar inclusivo para as crianças e adolescentes com deficiência. A perspectiva de novidade desvela a falta de conhecimento dos profissionais sobre o tema, sobre como ofertar atendimento e um

ambiente escolar capacitado e estruturado para receber esses alunos. O autismo assim como outras deficiências revela não só as falhas e despreparo no sistema de educação, mas, também as dificuldades e obstáculos que as famílias enfrentam desde o acesso a informação, a demora no processo de diagnóstico, falta de profissionais e locais para atendimento e acompanhamento.

Não menos importantes, segundo Rosa (2022), se somam a essa questão a necessidade de abordar outras temáticas que permeiam a vivência cotidiana da comunidade escolar, tais como a gravidez na adolescência, evasão escolar debates étnico-raciais, gênero, sexualidade, e a saúde mental, que a partir da pandemia de COVID-19 situou a urgência de tratar esse tema também no espaço escolar. No escopo de abrangência das questões de saúde mental, temos não só a ansiedade, crises de pânico, ideação suicida e automutilação. Compreendemos que isso também inclui o debate sobre a temática de drogas, por vezes tão presente no território da escola, quanto na região em que as/os estudantes residem, e nesse caso, consideramos o uso e o tráfico de drogas.

Ao longo do trabalho iremos aprofundar o debate sobre a intervenção do assistente social no espaço escolar, a partir da primeira experiência prática adquirida no processo de estágio obrigatório na graduação de Serviço Social no ano de 2010. Buscamos atualizar as reflexões sobre o desenvolvimento do projeto de intervenção acerca da temática de drogas, pensado e executado no âmbito do Serviço Social, enquanto uma outra possibilidade dialógica e educativa para além da que estava posta na época e ainda o é, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) desenvolvido pela Polícia Militar (ou Brigada Militar no estado do Rio Grande do Sul).

A pretensão deste trabalho não é indicar o projeto de intervenção enquanto um modelo ideal a ser seguido para trabalhar a temática de drogas no espaço escolar, cabe aqui salientar que, alguns conceitos e apreensões presentes no projeto, passados quase 15 anos já não condizem e convergem com a compreensão atual da profissional e pesquisadora, relacionada a questão de drogas. Portanto, a escrita busca atualizar a gênese das reflexões de uma então graduanda no início da sua jornada enquanto assistente social e pesquisadora de drogas, e lançar possibilidades para pensarmos a escola como um espaço que oportuniza e nos convida a proposição de uma educação dialógica sobre diversos temas que permeiam a realidade, entre esses o uso de drogas na sociedade brasileira e mundial.

2 A INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DE AJUSTE FISCAL

O final do ano de 2019 trouxe a tão esperada notícia para os assistentes sociais que há anos lutavam pela garantia de inserção dos profissionais na rede pública de educação básica. A aprovação da Lei 13.935 que “dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica” coroa uma luta histórica de quase duas décadas, com vistas a garantir que assistentes sociais e psicólogos/os passem a compor as equipes multiprofissionais nas escolas públicas do Brasil.

Como referido anteriormente, a inserção de ambos as/os profissionais não é uma novidade, nem passa a ocorrer a partir de 2019. A presença e intervenção da assistente social no ambiente escolar é registrada desde a década de 90, como apontado no documento elaborado pelo Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2011, referindo que a inserção dos profissionais nesse campo foi registrado a partir dos “relatos de experiências socializados no 8ª e 9ª Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizados respectivamente em 1995 e 1998” (CFESS, 2001, p.7).

Contudo, apesar de ser considerada uma conquista e um avanço a ser celebrado, a implementação da lei tem se mostrado um desafio em face a um cenário de privatização e mercadorização de direitos sociais, precarização e flexibilização do trabalho, bem como o recrudescimento no financiamento de políticas sociais que são impactadas diretamente pelas medidas de austeridade, características cada vez mais evidentes do neoliberalismo. Uma das definições para compreender o significado de austeridade é o elaborado por Blyth (2020)

Austeridade é uma forma de deflação voluntária em que a economia se ajusta através da redução de salários, preços e despesa pública para reestabelecer a competitividade, que (supostamente) se consegue melhor cortando o orçamento do Estado, as dívidas e os déficits. Fazê-lo, acham os seus defensores, inspirará a “confiança empresarial” uma vez que o governo não estará “esvaziando” o mercado de investimento ao sugar todo o capital disponível através da emissão de dívida, nem aumentando a já “demasiada grande” dívida da nação (Blyth, 2020, p.26).

A redução de despesas públicas impacta diretamente a implementação e o financiamento de leis, serviços, programas e projetos executados pelo poder pública, seja a nível federal, estadual ou municipal, fato apontado por Yamamoto (2012) quando diz que “[...] o projeto neoliberal subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à

política econômica, em especial às dotações orçamentárias” (Iamamoto, 2012, p.148), e completa sinalizando que “o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos” ao invés do direito constitucional impor e orientar como irá se dar a distribuição das verbas orçamentárias (Iamamoto, 2012, p.148). Ainda segundo a autora

O gasto social é tido como uma das principais causas da crise fiscal do Estado, a proposta é reduzir despesas, diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para a implementação de projetos. E o assistente social, que é chamado a implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los, vê-se tolhido em suas ações que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar políticas sociais (Iamamoto, 2012, p.149).

Sobre esse último apontamento realizado por Iamamoto (2012), e a relação com a estrutura física das escolas no Brasil, o que vemos na educação pública é um descaso do poder público com a manutenção, reparo e cuidado com esses espaços. Frequentemente no início do ano letivo vemos nos jornais impressos ou noticiários televisivos, reportagens e matérias que denunciam a situação precária de muitas escolas brasileiras, com goteiras, falta de espaço físico adequado para biblioteca, falta de acessibilidade, quadras esportivas em péssimas condições ou inexistentes, escassez de materiais para atividades lúdicas e pedagógicas, e quando existentes muitas vezes custeadas com o recurso dos próprios professores e equipe diretiva, entre outras questões que poderíamos continuar pontuando.

Nesse sentido, o ajuste fiscal e corte de gastos sociais no financiamento e manutenção de políticas sociais tem como uma das suas consequências a interferência na atuação de assistentes sociais e psicólogos prejudicada para o pleno exercício das suas atividades, no sentido de que, antes da sua inserção nesse espaço escolar ele já estava precarizado de estrutura física, material e de recursos humanos, decorrente da falta de maior investimento na política pública de educação. A chegada desses profissionais demanda desse espaço uma estrutura acessível, adequada e que garanta sigilo para realização dos atendimentos individuais, coletivos, assim como outras atividades necessárias para o desenvolvimento do seu trabalho, conforme preconiza o Código de Ética profissional em seu capítulo III em que trata “Das Relações com as Instituições Empregadoras e outras” em que refere

CAPÍTULO II

Das Relações com as Instituições Empregadoras e outras

Art. 7º Constituem direitos do/a assistente social:

a- dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional; (CFESS, 2012, p.30-31).

Apesar do destaque para as condições condignas do exercício profissional, enquanto direito do assistente social. Compreendemos e sinalizamos não ser um direito a ser garantido somente para esse profissional, sendo assim, à escola precisa ser espaço adequado tanto para o trabalho de professores, diretores, coordenadores, monitores, merendeiras, serventes, porteiros e dos demais integrantes da equipe escolar. Ademais, as condições dignas devem ser garantidas para o processo de aprendizagem e desenvolvimento das/os alunas/os.

Uma educação pública de qualidade passa também pela garantia de espaço adequado e de qualidade, e para que isso ocorra é necessário financiamento para o desenvolvimento desse projeto, do contrário, a falta de investimento dos governos é a reafirmação da célebre frase de Darcy Ribeiro de que “A crise da educação não é uma crise, é um projeto”. Projeto de desmonte e destruição do ensino público, para que o direito e o acesso à educação seja cada dia mais mercadorizado. Algo semelhante também ocorre na política de saúde, com o desmonte de serviços e escassez nos recursos humanos diante da demanda crescente, como no caso de especialidades para o atendimento de autistas que mencionamos anteriormente, e também para questões de saúde mental, principalmente para crianças e adolescentes.

A escassez e precariedade da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para esse público, se revela na alta demanda existente no espaço escolar principalmente no pós-pandemia³, e que se manifesta na crescente busca de atendimento por psicólogas/os e assistentes sociais, visando a garantia de atendimentos necessários no âmbito da saúde mental. Cabe frisar que os profissionais de psicologia não se inserem na escola para realização de tratamento e/ou atendimento clínico, entretanto, o senso comum faz com que muitas famílias e até mesmo professores, diretores, e demais trabalhadoras/es da escola tenham como expectativa de que esse é o tipo de serviço que será realizado por esse profissional.

O debate sobre saúde mental⁴ no espaço escolar se apresenta tanto nos casos de

³ Conforme pesquisa realizada em 12 capitais, “Oito de cada dez jovens brasileiros de 15 a 29 ano apresentaram recentemente algum problema de saúde mental [...] Ansiedade, fobia social, depressão, insônia, exaustão e dificuldades de concentração foram as queixas mais comuns” (NETO, 2022, s.p). E mesmo diante de dados e informações “alarmantes”, se observa uma inércia do poder público na prevenção e cuidado com os alunos em idade escolar. Além disto, são insuficientes as mobilizações nos diferentes níveis de governo para materialização da Lei nº 13.935/ 2019 (BRASIL, 2019).

⁴ 50% dos distúrbios mentais se manifestam antes dos 14 anos e 75% antes dos 24 anos (CFM, 2022). Alguns reflexos da pandemia são observados na “[...] chamada fobia social sobre [...] o possível aumento da ansiedade, depressão e ideação suicida [...] em idade escolar e universitária, foi observado aumento de tédio, desatenção, isolamento social, falta de capacidade para brincar fora e desfrutar de atividades extracurriculares [...] verificou-

automutilação, tentativas de suicídio, bem como, transtorno de ansiedade, transtorno de déficit de atenção, depressão por conta do isolamento e luto em virtude da pandemia de COVID-19, *bullying*, e questões familiares (brigas, separações, entre outras). Além dessas questões, apresenta-se também enquanto demanda no ambiente escolar, a questão das drogas, tanto em razão do uso e abuso (álcool e maconha) quanto em razão do tráfico de drogas. Segundo relato das genitoras dos alunos, o envolvimento dos filhos com o tráfico se dava em decorrência da influência dos pais, em alguns casos presos ou falecidos, ou como incentivo para custear compras de roupas, tênis, celular ou festas.

A partir dos relatos durante os atendimentos, da percepção e observação do território onde está inserida a escola, somada a experiência de estágio curricular obrigatório, entendemos que é imprescindível a realização de diálogos coletivos acerca da questão das drogas. Uma perspectiva que promova reflexões sobre a realidade vivenciada pelos adolescentes nos seus territórios, e também sobre a política de drogas no Brasil e no mundo. Sobre essa questão, iremos aprofundar no próximo item.

Na perspectiva do debate coletivo atrelado a temática das drogas, as bandeiras de luta regulamentadas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) preveem o estímulo na criação de fóruns e espaços democráticos no âmbito saúde mental e da política nacional de álcool e outras drogas. Além disto, prevê o “posicionamento contrário à internação e ao acolhimento involuntário e compulsório/involuntário, reforçando a luta em defesa dos direitos humanos” (CFESS, 2019, 10). Na contramão do aprisionamento e repressão estão os direitos humanos, a luta pela liberdade e a redução de danos que não significa o combate ao uso, mas a redução dos seus riscos respeitando a vontade dos sujeitos. Obviamente o trabalho com o público (escolar) objetiva a prevenção ao uso. Mas essa questão embora complexa, precisa ser considerada na perspectiva do cuidado em liberdade, e respeito as condições peculiares de desenvolvimento das crianças e adolescentes considerando seus diferentes contextos e realidades.

se ainda aumento do uso de mídias sociais e falta de serviços legais e preventivos para prevenir violência, abuso e danos em casa, entre outros reflexos” (CFM, 2022, s.p).

3 A INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DE AJUSTE FISCAL

Entre as etapas e requisitos necessários para conclusão da graduação em Serviço Social, há a realização do estágio supervisionado obrigatório. A partir da inserção da aluna/o no espaço, ela/e fica sob supervisão de uma/um assistente social que trabalha nesse local e que será o responsável por acompanhar a/o aluna/o no seu processo de estágio. Entre as obrigações e documentações desenvolvidas nesse período que pode ser de dois a três semestres (geralmente a partir do 5º semestre), estão os diários de campo, análises institucionais, relatórios e projeto de intervenção.

O projeto de intervenção é uma proposta construída juntamente com a supervisora de campo e acadêmica, após um processo de reconhecimento do espaço onde a/o aluna/o está realizando o estágio, onde a/o aluna/o já identificou e apreendeu algumas das potencialidades desse local e também oportunidades de intervenção profissional, se tornando assim uma das primeiras experiências de atuação da/o estudante estagiária/o. Na experiência aqui compartilhada, a inserção da estagiária se deu em uma Comunidade Terapêutica, na época (2010) recém inaugurada em um município do interior do RS.

Entre as atividades realizadas juntamente com a assistente social e supervisora de campo, estavam as entrevistas com os familiares e/ou responsáveis pelas pessoas que faziam uso de drogas e estavam em processo de internação na CT. Entre as questões do formulário havia uma que questionava a respeito do primeiro contato do interno com substâncias psicoativas (lícitas ou ilícitas), onde foi identificado que 60% dos residentes havia tido o primeiro contato na faixa etária entre os 12 e 17 anos, e 6% antes dos 12 anos, outros 27% entre os 18 e 23 anos, e por fim apenas 7% entre os 24 aos 29 anos, conforme Rosa (2012).

Os dados obtidos através do levantamento realizado durante o processo de estágio obrigatório, corroboravam com os outros dados identificados durante a participação como bolsista voluntária de extensão no Centro de defesa dos direitos da criança e do adolescente (Cededica), que acompanhava o cumprimento de medidas sócio educativas dos adolescentes em conflito com a lei, em que a maioria dos adolescentes estavam internados no Centro de Atendimento Sócio Educativo (CASE) de outro município da região. Esses adolescentes já haviam feito uso de alguma substância psicoativa, e também realizado o uso combinando uma ou mais substâncias.

As questões e dados pontuados acima foram a justificativa para pensar um projeto de intervenção direcionado ao público dos 12 aos 17 anos, pois na época essa era a idade apontada como a faixa etária do contato inicial com substâncias psicoativas. O projeto foi dividido em quatro eixos, sendo: reconhecimento e compreensão das drogas (conceito, substâncias, classificação, atuação no sistema nervoso central), consequências sociais (uso problemático, envolvimento com o tráfico, adoecimento mental e físico), situações de vulnerabilidade social e econômica, encarceramento, entre outros). Além dessas eixos também foram abordados a rede de atendimento (serviços de saúde, assistência social, educação, habitação, previdência social, movimentos sociais e organizações da sociedade civil), e avaliação do projeto.

Os itens acima mencionados foram desenvolvidos em um período de dois meses, com intervalo de 15 dias entre um eixo e outro, o tempo das atividades durava entre 45 minutos e 1 hora. Na ocasião a professora da disciplina de ensino religioso, cedeu o horário das suas aulas para que o projeto fosse desenvolvido nesse período. Para as elaboração das atividades foram utilizadas músicas, filmes, poesias e apresentações em *power point*. As/os participantes elaboravam textos reflexivos a partir das questões abordadas no dia, também participavam oralmente durante a apresentação dos eixos. Muitos alunos relatavam situações familiares, parentes próximos que usavam drogas, estavam envolvidos com o tráfico e/ou estavam no sistema carcerário.

A avaliação do projeto pelas/os alunas/os demonstrou o quanto um espaço de diálogo, escuta e troca, onde as/os estudantes expõe suas reflexões com acolhimento e segurança, ouvem outras situações vivenciadas por colegas. Oportunizam também o acesso as informações sobre as diferentes substâncias, sua ação no sistema nervoso central, os locais e serviços específicos para tratamento e orientação no município. Além da socialização dessas informações, o espaço era fundamental para pensar uma nova possibilidade de educação sobre drogas, em que elas/eles também fossem agentes ativos e participantes na construção desse espaço no ambiente escolar.

A partir da análise do filme/documentário “Falcão: meninos do tráfico” abordamos outros elementos no debate sobre a questão das drogas, como a inserção de adolescentes no tráfico, e as motivações que incidiam sobre esse envolvimento. O que permitiu que as/os próprios estudantes tecessem reflexões mediadas pelas suas experiências, e também pelas reflexões dos adolescentes presentes no filme, provocando nos estudantes a elaboração de uma nova síntese. Tal experiência nos revela a importância do uso de outros elementos, como

a poesia, a literatura, as artes plásticas, filmes e documentários, a fim de propiciar o acesso a outras narrativas sobre a questão de drogas.

Com essa abordagem nossa intenção não é trazer um modelo pronto a ser seguido para a realização de um trabalho sobre a temática de drogas dentro do ambiente escolar, mas propor a reflexão sobre as possibilidades interventivas que incluam essa questão dentro dos diálogos, dos grupos, e dos atendimentos realizados pelas/os assistentes sociais que ocupam esse espaço sócio ocupacional. Sinalizando uma outra possibilidade que se distancie dos discursos moralizantes e criminalizantes, e que se propõe a ser um espaço dialógico e educativo, em consonância com os valores e princípios defendidos pela categoria profissional.

4 CONCLUSÃO

Nestas breves reflexões e discussões elencadas no decorrer do artigo o objetivo não foi encerrar o assunto ou apresentar um passo a passo para as complexas demandas que envolvem o contexto escolar, incluindo a temática das drogas. Nesse sentido, consideramos que, com a aprovação da Lei 13.935/19, que dispõe sobre a prestação de serviço de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica, é imprescindível considerar e elencar todas as expressões da questão social que influenciam o acesso e permanência na escola das crianças e adolescentes.

Consideramos assim, que a presença desses profissionais no ambiente escolar tem muito a contribuir na proposição de espaços dialógicos acerca dos mais diferentes assuntos, como a inclusão de pessoas com deficiência, debate sobre questões de gênero e étnico-raciais, racismo e preconceito, bem como aquelas relacionadas ao uso e/ou tráfico de drogas, tendo em vista que atravessam famílias e suas territorialidades e conseqüentemente influenciam as relações sociais e as condições para acesso e permanência na escola.

Tais assuntos não podem ser trabalhados unilateralmente por uma determinada política de forma isolada, ou seja, precisam contar com as outras políticas públicas para além da educação e assim oferecer um atendimento digno e de forma mais abrangente aos alunos e suas famílias em suas diversidades. Contudo, compreendemos que tanto psicólogos quanto assistentes sociais tem capacidade ética-política, técnico-operativa e teórico-metodológico, para incluir nos debates, discussões e planejamentos na escola e de forma intersetorial a temática de drogas.

Com isso, ao compartilharmos a experiência relacionado ao estágio curricular, não o fazemos na intenção de dar um modelo pronto e fechado, mas sim propor a partir dessa estrutura pensar possibilidade de inserção do diálogo críticos e reflexivos sobre a temática de drogas no ambiente escolar que contemple as diferentes realidades e experiências territoriais brasileiras, e que coadune com as bandeiras de luta do Serviço Social, com uma educação pública, laica e de qualidade, bem como a defesa por um cuidado em liberdade, com base nos princípios da reforma psiquiátrica, considerando uma sociedade livre das violências, preconceitos e opressões de classe, raça e gênero.

REFERÊNCIAS

BLYTH, Mark. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa**. São Paulo, Autonomia Literária, 2020.

BRASIL. Lei 13.935. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes pública de educação básica**. 11 de dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 22 fev. 2024.

CFESS-CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS**. Caderno. Brasília, 2019.

CFESS. Serviço Social e Educação. **Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**, Brasília, 2001. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em: 22 fev. 2024.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.8662/93. 10 ed. revista e atualizada. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Brasília, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

Conselho Federal de Medicina. CFM debate repercussões da pandemia na saúde mental de crianças e adolescentes. CFM. 2022. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/cfm-debate-repercussoes-da-pandemia-na-saude-mental-das-criancas-e-adolescentes/#:~:text=%E2%80%9CA%20pandemia%20representa%20uma%20situa%C3%A7%C3%A3o,a%20partir%20dela%20problemas%20emocionais%E2%80%9D..> Acesso em; 22 jan. 2023.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7 ed. São Paulo, Cortez, 2012.

NETO, João. **Pós-pandemia desafia famílias e escolas a lidar com saúde emocional e impactos no aprendizado**. G1globo. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pe/pe/educacao/noticia/2022/11/07/pandemia-desafia->

familias-e-escolas-a-lidar-com-saude-emocional-e-impactos-no-aprendizado.ghtml. Acesso em: 22 jan. 2023.

ROSA, Alene Silva. **O trabalho do assistente social na prevenção e tratamento de dependentes químicos: experiência na comunidade terapêutica.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), São Borja, Unipampa, 2012.

ROSA, Alene Silva. **Relatório 2021 e planejamento 2022** – Gabinete Integrado de Cuidado com as Pessoas (GIP) – Escola Municipal Farroupilha. Viamão, 2022.